

• PÁGINA 2 •  
CONTRA A PEC DA  
RACHADINHA

• PÁGINA 3 •  
TRABALHADORES DA EBSEERH  
NA LUTA POR DIREITOS

• PÁGINA 4 •  
CORRUPÇÃO NA COMPRA  
DE VACINAS CONTRA A COVID

JULHO 2021



# MOBILIZA

Nº10

Jornal do Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais  
dos Municípios do Rio de Janeiro - SINDISEP/RJ

REFORMA  
ADMINISTRATIVA  
É O FIM DO  
SERVIÇO  
PÚBLICO.  
**DIGA NÃO!**



# Motivos para ser contra a PEC 32, a PEC da Rachadinha

Só a unidade das diversas carreiras e entidades de classe, o diálogo com a população e o esvaziamento do governo Bolsonaro-Guedes serão capazes de repelir este ataque ao serviço público e aos servidores

Foto: Arquivo

Bolsonaro e Paulo Guedes mentem quando afirmam que a Reforma Administrativa, a PEC 32, também conhecida como “PEC da Rachadinha”, não afetará os atuais servidores e os aposentados. O deputado Arthur Maia (DEM/BA) é o relator do projeto no Congresso e tem agido com ouvidos surdos ante os alertas e as reivindicações dos servidores.

Levantamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público identificou diversos pontos que atingirão os atuais servidores públicos caso a PEC seja aprovada, impondo a redução de salários, ameaçando benefícios previdenciários e gerando insegurança jurídica.

O documento destaca os seguintes dispositivos do projeto de Bolsonaro e Guedes:

## DEMISSÃO DE SERVIDORES

O art. 41, §1º, inciso I, possibilita a perda do cargo público por simples decisão colegiada, sem o necessário trânsito em julgado, ou seja, sem a garantia de ampla defesa para o servidor.

## REVOGAÇÃO DE TRIÊNIOS E OUTROS BENEFÍCIOS

O art. 2º, inciso II, permite reduzir salários dos servidores por simples alteração/revogação da lei que tenha concedido os direitos listados no art. 37, caput, inciso XXIII, alíneas “a” a “j”, como triênios, quinquênios, etc.

## LIMBO JURÍDICO

O caput do art. 2º cria um “regime jurídico específico” de transição, diverso do atual Regime Jurídico Único (RJU), sem especificar critérios, deixando os atuais servidores no limbo, isto é, em total insegurança jurídica.

## ESVAZIAMENTO DAS CARREIRAS

O art. 84 permite a alteração, por decreto, das atribuições dos



cargos dos atuais servidores, o que hoje depende de lei aprovada pelo Poder Legislativo.

## FALSA “AVALIAÇÃO” DE DESEMPENHO

O caput do art. 41 possibilita a regulamentação da avaliação de desempenho por meio de lei ordinária (ou seja, até mesmo por Medida Provisória), e não por lei complementar como estabelece a Constituição. Isso criará condições para que a avaliação seja usada para perseguir desafetos pessoais e opositores políticos dos gestores da ocasião.

## CABIDE DE EMPREGOS

O art. 4º da PEC 32 prevê que os servidores, inclusive os atuais, deixarão de ter a exclusividade no exercício de atribuições técnicas de chefia, uma vez que as funções de confiança - hoje ocupadas apenas por servidores efetivos - serão transformadas, por decreto, em cargos em comissão (“liderança e assessoramento”), de livre exoneração, cujos critérios de ocupação serão fixados em mero ato do Chefe do Executivo, transformando, na prática, o serviço público em um gigantesco cabide de empregos.

Se hoje Bolsonaro pode

nomear 6 mil pessoas para cargos comissionados, a PEC 32 permitirá que ele nomeie 90 mil.

## SABOTA A CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

O art. 10, inciso II, alínea “b”, revoga o dispositivo da Constituição que prevê a criação e a manutenção das escolas de governo para profissionalizar, capacitar e qualificar os servidores.

## ATACA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

O art. 9º da PEC 32 e o artigo 40-a, inciso II da Constituição, retiram recursos do RPPS dos atuais servidores públicos ao reduzir seus aderentes e, consequentemente, seus contribuintes, contratando uma nova crise previdenciária.

Quanto a este último ponto, temos que lembrar que a Reforma da Previdência estabeleceu a possibilidade, em caso de déficit atuarial, de cobrança de uma “contribuição extraordinária”, a ser paga pelos servidores ativos, aposentados e pensionistas, vinculados ao RPPS, em adição à contribuição ordinária, que foi elevada para até 14%. Ou seja, com a PEC 32, estão criando as condições necessárias para o

acionamento dessa cobrança extra, só sendo garantido, por enquanto, o pagamento de 1 salário mínimo para ativos e aposentados. É uma granada no bolso de todos os servidores!

Cabe ainda destacar o fim dos concursos públicos, a contratação por “seleção” direta (indicação política), a expansão da terceirização e o fim da estabilidade. Em suma, os servidores que restarem não conseguirão resistir aos assédios e intimidações por parte do grande número de gestores comprometidos com interesses alheios aos da coletividade.

Esta reforma não é só para os servidores federais, mas para todo o serviço público. Porém, reparem, só vale para os servidores civis; as mordomias dos generais continuam garantidas.

Só a unidade das diversas carreiras e entidades de classe, o diálogo com a população e o esvaziamento do governo Bolsonaro-Guedes serão capazes de repelir este ataque ao serviço público e aos servidores.

Para conseguirmos enfrentar tudo isso, precisamos de seu apoio. Filie-se ao sindicato, participe da luta contra este desgoverno. Fora Bolsonaro! Abaixo ao PEC 32!

# Trabalhadores e trabalhadoras da EBSERH em luta

Assembleia da categoria aprovou luta pela jornada de 12h/60h no HUAP-UFF e o combate ao assédio moral

A Condsef/Fenadsef protocolou petição ao Dissídio Coletivo de Greve ajuizado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no Tribunal Superior do Trabalho (TST), contra a greve das empregadas e dos empregados, aceitando a proposta de suspensão do processo, feita pelo tribunal, nos seguintes termos:

a) suspensão do Dissídio

Coletivo de Greve até 31 de janeiro de 2022;

b) prorrogação de todas as cláusulas atualmente vigentes até a assinatura do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou até o julgamento do Dissídio Coletivo de Greve;

c) retomada das negociações a partir de fevereiro de 2022;

d) Abono do dia da greve (13/05) e devolução dos valores

do dia da greve dos empregados(as) que tiveram descontos nos seus contracheques;

e) Cumprimento do atual ACT na íntegra, garantindo aos empregados(as) o direito de usufruir a retirada do abono dos dois dias.

As duas últimas propostas, foram estabelecidas pelas entidades sindicais como condições para o acordo, de forma a prote-

ger aqueles que foram à luta em defesa da categoria. Estas propostas foram ratificadas em assembleia do Sindisep-RJ, na data de 22 de junho, que também aprovou a luta pela jornada de 12/60 horas no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP-UFF) e o combate ao assédio moral nos hospitais universitários, como bandeiras de lutas urgentes.

## A importância da estabilidade no trabalho

A estabilidade dos servidores no serviço público representa uma garantia fundamental não apenas ao posto de trabalho de cidadãos devidamente concursados, mas, principalmente, à realização de direitos de toda a população

Vimos, nos últimos meses, diversos exemplos de como a estabilidade dos servidores no serviço público representa uma garantia fundamental não apenas ao posto de trabalho de cidadãos devidamente concursados, mas, principalmente, à realização de direitos de toda a população, que precisa e quer ter o meio-ambiente preservado, ver os crimes investigados e resolvidos (não importa quem os tenha

cometido), acompanhar o zelo pelo dinheiro e pelo patrimônio públicos, ter assegurado o direito à vacinação, enfim, poder exercer a plena cidadania.

Aprendemos com tais episódios que vieram a público, mas que são apenas alguns dos inúmeros que ocorrem no dia-a-dia do serviço público, que o servidor público de carreira, estável, consciente do seu papel e do seu dever, não se deixa intimidar e não

se presta a ficar na mão de paus mandados de milicianos nem de banqueiros, como tanto querem Guedes e Bolsonaro. O servidor público precisa trabalhar para atender as necessidades do povo, em especial dos mais pobres. Para tanto, é importante que o acesso aos cargos seja dado por concurso, com cotas raciais e o máximo de diversidade, para a efetiva democracia e para a superação da desigualdade social.



## Salários dos servidores do INPI sob ameaça

Servidores estão sendo ameaçados de redução salarial por não baterem as metas mirabolantes definidas pela gestão do órgão

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) optou por estabelecer metas mirando um aumento de decisões, sem, no entanto, dialogar com os servidores ou considerar as limitações de pessoal e a atual ausência de concursos públicos.

Agora, por exemplo, com o atingimento de apenas 70% da meta projetada para o período na Diretoria de Marcas (uma das principais da autarquia), os servidores do instituto estão sendo ameaçados de redução salarial, pois as infladas metas

definidas pelos indicados de Bolsonaro e Paulo Guedes, influenciam na remuneração dos servidores de carreira.

Isto mostra que as metas devem ser projetadas em bases reais e não em estimativas mirabolantes e produtivistas, que

prejudicam os trabalhadores e frustram a sociedade!

É urgente a repactuação das metas institucionais e a realização de concurso público para os cargos de nível superior e intermediário, de forma a melhorar o funcionamento do INPI.

### EXPEDIENTE

**SINDISEP/RJ** - Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro.

**ENDEREÇO:** Rua Visconde de Inhaúma, 58, sala 1108, Centro. CEP: 20.091-007. **CONTATOS:** www.sindisep-rj.org.br | (21) 2544-1043 | sindisep.rj@gmail.com

**CONSELHO EDITORIAL:** Victor Madeira, Raul Bittencourt, Eduardo Lima, Edna Rosa, Wellington Cruz, Alexander Noronha e Antônio Carlos Castilho.

**PROJETO GRÁFICO:** Henderson Laurentino | **DIAGRAMAÇÃO:** Heron Barroso (DRT/RJ 35.599) | **ASSESSORIA:** Vanievert Anselmo

**VACINA EM TROCA DE PROPINA**

**Novas denúncias revelam corrupção na compra de vacinas pelo governo Bolsonaro**

Foto: Arquivo

Artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo traz denúncia gravíssima de corrupção dentro do governo Bolsonaro para a compra de vacinas contra a Covid-19. Segundo a matéria, Luiz Paulo Domingueti Pereira, representante da empresa Davati Medical Supply, disse que o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, cobrou propina de 1 dólar por dose para fechar contrato para a compra de 400 milhões de frascos do imunizante da AstraZeneca.

Além disso, conforme a denúncia, o representante do governo ainda exigiu que o preço de venda apresentado pela Davati fosse majorado para viabilizar o acordo. Assim, cada dose passaria de US\$ 3,50 (cerca de R\$ 17,50) para US\$ 15,50 (R\$ 77,50).

“Eu falei que nós tínhamos a vacina, que a empresa era uma empresa forte, a Davati. E aí ele falou: ‘Olha, para trabalhar dentro do ministério, tem que compor com o grupo’. E eu falei: ‘Mas como compor com o grupo? Que composição que seria essa?’”, relatou Domingueti.

Segundo o empresário, durante a conversa num restaurante em Brasília, na presença de mais duas pessoas, entre elas um oficial do Exército, “ele [Roberto Ferreira Dias] me disse que não avançava dentro do ministério se não compusesse com o grupo (...), se a gente conseguisse algo a mais tinha que majorar o valor da vacina, que a vacina teria que ter um valor diferente do que a



proposta que a gente estava propondo. (...) Se você quiser vender vacina no ministério tem que ser dessa forma”.

**Corrupção e genocídio**

O relato do representante da empresa fornecedora de vacinas reforça as suspeitas, cada vez mais concretas, que ademora do Ministério da Saúde na compra do imunizante está ligada às negociações para enriquecer membros do alto escalão do governo.

Na semana passada, o servidor do ministério Luís Ricardo Mirando relatou pressão “atípica” para a liberação a toque de caixa da vacina indiana Covaxin, e que levou o caso ao conhecimento do presidente Bolsonaro, que nada fez. A questão agora está sob investiga-

ção da CPI da Covid no Senado. Coincidentemente, o preço negociado da Covaxin (US\$ 15) é praticamente o mesmo exigido pelo “grupo” para a compra da vacina oferecida pela Davati.

A pressa do governo na negociação da Covaxin contrasta com o tratamento dado à Pfizer e a Coronavac. O presidente da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, afirmou na CPI que tanto o presidente Bolsonaro como o Ministério da Saúde ignoraram pelo menos cinco ofertas de vacina ao longo do ano passado.

Enquanto Bolsonaro e seus aliados chafurdam na corrupção, mais de 515 mil brasileiros já morreram de Covid-19 e pela falta de vacina. Hoje, um em cada quatro mortos pelo coronavírus no mundo é brasileiro e nosso

país vive o maior colapso sanitário e hospitalar da sua história. Não há medicamentos para intubação, nem cilindros de oxigênio em dezenas de cidades, mas sobra cloroquina no Exército. Bolsonaro transformou o Brasil no “cemitério do mundo”.

Por tudo isso, é urgente tirar Bolsonaro e derrubar seu governo de morte, fome e desemprego. Esperar por 2022 é, além de um grande erro político, um total descompromisso com os milhares de vítimas da covid e os milhões de trabalhadores que amargam o desamparo do desemprego, a crueldade da fome e a incerteza do amanhã.

Em julho, novas manifestações ocorrerão em todo país. Vamos transformar a indignação em povo na rua pelo Fora Bolsonaro.



**POVO NA RUA - FORA BOLSONARO**

**VENHAM CONOSCO PROTESTAR NOS DIAS 3, 13 E 24 DE JULHO**

QUEM ROUBA O DINHEIRO DAS VACINAS E DEIXA O POVO MORRER NA PANDEMIA, NÃO PODE PRESIDIR O BRASIL